



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1056

BREVE DEBATE HISTORIOGRÁFICO DAS ELITES E DO BRASIL – HOLANDÊS.

THIAGO CAVALCANTE DOS SANTOS (UNESP/ASSIS)

Desde o século XIX, os estudos sobre as elites alternaram-se em conceitos teórico-metodológicos que versavam por abordagens políticos, econômicas ou sociais. Do historicismo e do método rankeano de enfatizar papel dos grandes homens, os heróis nacionais e personalidades, ao marxismo e a crítica ao modelo de pensar as elites enfatizando também a hegemonia economia que esses grupos estabeleciam.

As influências do marxismo entram em crise a partir da década de 1930 por meio da abertura multidisciplinar da Escola dos Annales e sua prática de incorporar elementos sociais e outras ferramentas para análise do objeto historiográfico. Coube ao movimento francês, inserir disciplinas vizinhas a história como antropologia e a sociologia, estender as relações das elites a outros segmentos sociais, e por fim, olhar as estruturas vigentes e dinâmicas da sociedade estabelecida pelos demais grupos sociais. Ainda assim, no centro, nas franjas ou em uma miscelânea social, as elites foram (e ainda são) nos últimos dois séculos um objeto, ainda que às vezes não prioritário, dos estudos históricos.

As abordagens dos estudos das elites respingaram sobre a historiografia brasileira e brasilianista. Seja simultâneo ou tardio aos fenômenos mundiais, os enfoques da *terra brasilis* em relação as elites enfatizavam os elementos contínuos de poder. Para tanto, destaca-se a transferência do poder privado para o público de Raízes do Brasil, o sentido de uma colonização voltada para atender interesses econômicos de Caio Prado Junior, as pontes entre o mundo do senhor e dos escravos com fins de aglutinamento social de Casa Grande e Senzala. Nesse sentido, colônia e império tornaram-se palcos históricos para a construção

Desde a década de 1970 aprofundou-se os estudos das elites em um contínuo interesse de explicar o presente pelo passado. Destaca-se Fernando Novais e a obra *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, em que analisa as condições da colônia como terreno útil a enriquecimento de Portugal. Para Novais (1995), era necessário a Coroa manter seu caráter explorador, proporcionando também o desenvolvimento para melhor proveito a metrópole. Contudo, é essa contradição de exploração e dependência que culminou no fim dessa relação. Segundo Novais (1995), as contradições desse sistema colonial permitiram a ruptura do que se considerou chamar de *Pacto Colonial*.

A forma de exploração feita pela coroa deixaria resquícios na elite colonial, recém-independente, e que surge como fruto da necessidade de atender os interesses da até então metrópole. Estabelece-se com Novais um marco na historiografia brasileira que vai predominar em análises acadêmicas e em livros da educação de base brasileira. Primeiro, explorados pela Coroa, responsável em espoliar as riquezas e a liberdade. Depois, com a liberdade conquistada, a antiga colônia nasce desigual, visto que uma minoria detém um poder sobre a maioria. O presente se explicaria porque teríamos em nosso DNA uma formação de exploração, enquanto que outras nações foram formadas por interesses de povoamento.

A partir de 1980, um movimento em oposição ao modelo do Pacto Colonial levará a uma ruptura não apenas no método, mas também nos conceitos teóricos. Destacam-se a tese de doutoramento do português Antônio Manuel Hespanha e resgates de autores brasileiros, portugueses e brasilianistas como Godinho, Charles Boxer, Russel Wood, Stuart Schwartz e Ciro Flamarion. Foi, contudo, Hespanha e sua obra *As Vesperas do Leviathan*, que não apenas vai alterar os estudos como será um referencial para historiadores brasileiros nos anos 1990 e século XXI, tais como João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa.

Em comum a esse grupo terá uma crítica a noção de Pacto Colonial. Paralelamente, o entendimento da América Portuguesa como extensão de um organismo que tem a coroa portuguesa como cabeça de corpo que se corresponde por mutualidades, isto é, indivíduos ganham benefícios e direitos

com intuíto de ambições pessoais, ao passo que Coroa se nutria da união para estabelecer seu poder em um imenso império marítimo.

As configurações desses apontamentos culminaram em duas visões que tem dividido as discussões sobre o lugar do Brasil no mundo colonial e conseqüentemente o papel das elites. De um lado Antigo Sistema Colonial (ASC) e de outro o Antigo Regime nos Trópicos (ART).

No interior dessa discussão os cenários são distintos. Em alguns casos analise-se a condição do poder no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, o mundo da mineração, as câmaras de vereadores, etc. O período dominado pelos holandeses (1630-1654), e as conseqüências desse episódio também permitiram análises acerca de um poder do Estado ou um poder dado pelo Estado.

Em meio a esse embate, devemos lembrar que o ato de fazer história é algo marcado pelos condicionantes do tempo e do espaço. Como afirma Michel de Certeau, cada tempo fornece ferramentas de análise histórica, e a prática de descortinar o estudo também ocorre pelo historicismo e pela historicidade. Tanto um quanto outro fazem parte do arcabouço do historiador e do próprio objetivo em análise.

A recente bibliografia do Brasil Holandês: discussões e contribuições.

O Brasil – Holandês, período que possui o maior acervo da história colonial brasileira, teve distintas interpretações desde o século XIX. Algumas grassavam sobre a questão do surgimento de uma nacionalidade brasileira na insurreição local, enquanto que outras sobre as conseqüências da crise do açúcar brasileiro impellido a concorrer com o açúcar produzido pelos próprios holandeses no Caribe, mais barato e com melhor transporte para as áreas consumidoras.¹

No século XX, a descoberta e tradução de documentos holandeses, associado as mudanças nas já citadas práticas históricas, promoveram outros encaminhamentos teórico-metodológicos sobre o Brasil – Holandês. A

¹ Para tanto sugere-se as leituras de Francisco Adolpho Varnhagen, *História das Lutas contra os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654 (1871)* e Capistrano de Abreu, *Capítulos da História Colonial*.

discussão nacional cedia lugar aos aspectos sociais, econômicos e culturais, bem como a valorização de estruturas regionais.

Um dos maiores divulgadores do período compreendido, tradutor de inúmeros documentos holandeses e panfletário da cultura e história pernambucana, José Antônio Gonsalves de Mello tem na obra *Tempo dos Flamengos* a consolidação de seus estudos sobre a temática do holandês. O autor também escreve e resgata histórias dos indivíduos que lideraram o processo insurrecional ante os holandeses, como Henrique Dias, Filipe Bandeira de Melo, Filipe Camarão, João Fernandes Vieira, dentre outros.

Em *O Tempo dos Flamengos*, Mello destaca “o poder dentro do poder”, pois ainda que a região fosse de possessão holandesa, era o senhor local que exercia o poder no interior. O descuido da empresa de conquista holandesa em não imprimir um maior domínio sobre tais regiões, principiou a formação dos insurgentes.

Para o autor, a relação de holandeses luso-brasileiros se dava mediante um complexo círculo de dependência entre o local e o conquistador, visto que a invasão e as cobranças de impostos prejudicavam os senhores a posse de bois e negros. Por sua vez, estes eram os responsáveis pela prosperidade dos engenhos. Como resgatado por Mello “sem negros não se faz açúcar”. Ademais, as guerras de conquistas danificaram o solo e reduziram a produção. Por fim, a presença do conquistador protestante trazia a América os conflitos cristãos que até então tinham o Velho Mundo como palco.

Sem produção e sem condições, cabia ao senhor local voltar-se e pedir emprestado a Companhia das Índias Ocidentais (WIC), rendas para o pagamento de dívidas e para aquisição de negros e bois. Logo, parte das dívidas tomadas por portuguesas fora causa direta dos atos cometidos pelos próprios holandeses. Estes eram ao mesmo tempo a causa da ruína do solo e a solução para sua superação.

Segundo Mello (1987), a consequência desses laços de dependência foi um levante que tinha como características a liderança dos senhores locais, ao que o autor nomeia como “açúcarocracia”. Um símbolo que destacava a coesão entre a elite canavieira nordestina era a senha que os insurretos usavam nos momentos que antecederam a insurreição: açúcar.

Ainda que o autor resgate as histórias das elites holandeses, bem como de seus insurretos não tão nobres (o negro Henrique Dias e o índio Filipe Camarão), Mello e Neto não vai além dessa questão. Mesmo que suas obras de prosopografia destaquem os ganhos obtidos pelos líderes (como títulos de governança no nordeste e na África, bem como o ganho de títulos honoríficos, como a Ordem de Cristo), Mello não vê tais mecanismos como razão para o levante, mas como consequência da fidelidade a Deus e ao rei na Insurreição. Destaca o autor que a força do Estado se fazia com a presença de forças locais, mas que esses poderes não tinham peso no impacto no domínio da colônia americana.

No mesmo contexto de José de Mello Neto, deve-se mencionar as obras de Evaldo Cabral de Mello. Seguindo o exemplo de Mello Neto em valorizar os aspectos culturais do nordeste no período neerlandês, Evaldo aprofundará os aspectos do imaginário social no Brasil – Holandês, priorizando pontos que abarcam a invasão e a conquista, o domínio, a expulsão e a mentalidade social acerca da presença holandesa.

Dentre as obras e textos escritos por Evaldo sobre o Brasil-Holandês, destacam-se *O nome e o sangue*, *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*; *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*; *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, 1666-1715*; *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*.

Tendo como ponto final as divisões entre elites rural e urbana da Guerra dos Mascates, o autor faz do Brasil Holandês um fio condutor as transformações ocorridas em Pernambuco no século XVII. Para tanto, Evaldo traz as relações dos ganhos obtidos pelos insurretos locais e estendidos aos seus descendentes, como mercês, cargos de governança e monopólios sobre produtos comerciais.

Contudo, não há em suas obras uma afirmação que esses fatores impulsionaram o levante local. Assemelha-se assim entre Evaldo e Antônio Gonsalves o entendimento que a crise do açúcar e as dívidas contraídas com a empresa holandesa foram o que ocasionaram a insurreição.

O Brasil – Holandês, as elites e as mercês. Rumos e possibilidades de estudo.

Na gênese moderna a ideia de transculturação encontra um terreno fértil, visto que não existem produtos culturais puros, mas sim transmissão de ideias e bens. Há uma recepção das ideias, de modo que elas são transformadas, passando por um processo de apropriação por seus receptores.²

Como dito anteriormente, Antônio Manuel Hespanha na obra *As Vésperas do Leviathan*, observa na Idade Moderna em Portugal o pilar que contraria a noção tradicional do Antigo Regime. Para Hespanha (1994), o reino precisava estabelecer alianças dentro de seu espaço geográfico a fim de ter governabilidade. Tal prática, originada no medievo, fragmentava-se em um emaranhado de relações entre uma multiplicidade de polos, nos quais a coroa ocupava lugares e hierarquias diversas. Em contrapartida, diz Hespanha, “funcionários” régios se alongavam em dimensões autônomas, cobrindo e dando legitimidade prática a toda a sorte de iniciativas e ousadias.

Evidentemente que respingos dos novos olhares atingiram a América colonial e o Novo Mundo. Se por um bom tempo perduravam os estudos de viés marxista ortodoxo que analisavam a relação Europa e América unicamente pela dialética explorador x explorado, à partir da década de 1970.

Pode-se questionar se o conceito utilizado por Hespanha se aplicaria as extensões geográficas das metrópoles europeias (em especial a Portugal) no Novo Mundo. É nesse momento que o historiador pode utilizar-se da história comparativa como uma proposta de estudo. A ausência de um método único e rígido na história comparativa permite ao historiador estabelecer elos ou cortes entre a relação Coroa e colonos; Coroa e Poder local³.

Como já mencionado, historiadores brasileiros influenciados pela perspectiva de Hespanha trabalham com a hipótese de que a colônia era um ambiente mais pluralista do que o do reino, espalhado por forças centrífugas

² Talvez por isso o resgate da história comparativa no pós guerra no intuito de não repetir os dramas das rivalidades nacionais no entre guerras.

³ Segundo Hespanha (1994), estabelecer tal comparação permitiu que historiadores brasileiros e brasilianistas vissem Portugal não como um reino, mas sim um Império que tinha “braços” na América e na Ásia. Charles Boxer e Vitorino Godinho Boxer se debruçaram sobre a noção de Império, apontando perspectivas que vem sendo trilhados nos últimos anos pela produção acadêmica.

mais potentes, alongado pelas distancias – que não eram só de cruzar mares, mas também de vencer sertões. Eram esses funcionários a sombra do rei nos lugares inóspitos, e em contrapartida ganhavam títulos de fidalguia, cargos políticos e monopólios comerciais.

Os indivíduos que deixaram a metrópole rumo ao além-mar transportaram para o Novo Mundo a cultura e a experiência de vida baseada na percepção de que o mundo era hierarquizado. Sabiam que as conquistas, as lutas e a governabilidade feitas em nome do rei e de Deus seriam recompensadas com mercês, ofícios e terras.

Dentro da ótica do Brasil – Holandês, as comparações e os ganhos das elites locais e na dinâmica do Império português encontram nuances consideráveis. A liberdade e a condição de nobre concedida ao negro Henrique Dias e ao silvícola Felipe Camarão, os cargos de governança em praças da África e partes da América portuguesa a líderes do movimento insurrecional, a expansão do poder metropolitana a regiões interioranas como os limites além do Tratado de Tordesilhas, o Maranhão e a capitania de Piratininga (São Paulo) são alguns dos elementos que apontam para o Brasil – Holandês como um eldorado de conquistas em um cenário de batalhas.

Se história é o estudo das ações dos homens no tempo, o historiador deve analisar isso com as ferramentas que lhes é possível. O uso do método proposto nesse texto vai de encontro as múltiplas possibilidades de se reviver a história, ou como sintetiza Michel de Certeau, trazer vida a um morto, o passado. Inserir tal colocação se dá, pois não é nenhuma novidade os ganhos obtidos, contudo, tais ganhos sempre foi visto como um presente da Coroa, e nunca como uma negociação ou uma necessidade da Coroa em manter seu domínio sobre o imenso território marítimo.

Na década de 1970, Cleonir Albuquerque, no trabalho *Remuneração de serviços da guerra holandesa*, resgata dados sobre a concessão de títulos de nobreza. Segundo Albuquerque (1968), entre 1644 e 1647 foram feitas 41 consultas de pedidos de hábitos de Cristo o Conselho Ultramarino sugere que sejam dados hábitos de Avis ou Santiago a 17 deles. As mercês de cargos, prossegue Cleonir, eram as mais frequentemente concedidas, já que não implicava em despesa para a Coroa.

D Joao IV determinou que “todos os ofícios de guerra, fazenda e justiça” vagos a partir daquela data nas capitânicas, 29/04/1654, fossem ocupados pelos soldados que haviam participado da luta contra os holandeses. Para receber a mercê, devia o agraciado ter as qualidades exigidas pelo cargo. Quando não houvesse cargos apelavam os reis para o recurso de prometer-los na vagante dos providos. Para Albuquerque (1968), Dom Joao IV ofertou largas mercês, pois era necessário assegurar aos que lutavam pela causa portuguesa que seus serviços teriam idêntica ou maior remuneração por parte do rei de Portugal, se comparado ao rei da Espanha.

Documentos do período também revelam a teia de negociações para o ganho de mercês como recompensa a fidelidade local. As disputas das práticas de heroísmos poderiam trazer coesão social, bem como atrasar o levante ante os conquistadores holandeses. Destaca-se, por exemplo, a recente publicação das cartas de Dom Fernando Mascarenhas, o 1º Conde da Torre, incumbido de reconquistar o Nordeste com uma esquadra patrocinado pela Coroa Espanhola em 1639, na última tentativa da monarquia dual em recuperar o Brasil.

Esse episódio foi amplamente discutido na historiografia do período, principalmente a autores clássicos como Herman Watgen, em decorrência do insucesso de uma esquadra que teve intempéries marítimas e que ficou um ano ancorada no porto de Salvador sem nenhuma efetividade na expulsão dos holandeses.

Nos documentos recém-publicados, destacam-se o envio de cartas a capitães locais como Francisco Rabelo, Sebastiao do Souto e a Henrique Dias. O rei ainda ordena que o conde insira os capitães citados “nos lugares em que lhe couberem, e que se assim o fizesse o conde estaria servindo ao rei muito bem” (CARTAS, 2001, p 59). Outras recomendações reais apontavam para a necessidade do respeito e convivência com o líder do Rio de Janeiro, Salvador de Sá e Benavides.⁴

Há ainda na carta o envio de remessa de ouro e mercês a líderes como o silvícola Antonio Felipe Camarão, seu tio Simão Soarez Jaguarari e a outros dois índios Thome Luis e Custodio Rabello. Para o rei é necessário fazer

⁴ Em carta de 22 de agosto de 1638, o rei reitera a necessidade do conde olhar para o Rio de Janeiro com muito zelo e pagar o que devia ao fiel governador Salvador de Sá e Benavides. (AUTOR, 2001, p. 60)

mercê aos índios pela importância deles no serviço para a guerra do Brasil. Um exemplo, é o sargento mor Diogo Pinheiro Camarão. Para o rei deveria ser pago a esse mil e duzentos e cinquenta reais, sendo que quinhentos réis pagos como pedido na Bahia (o sargento) e os setecentos e cinquenta réis em Pernambuco, depois de restaurado. O rei também afirma ser necessário dar de imediato as comendas de ordem, ou de Santiago ou de Avis. Por fim, o rei fala a necessidade desse sargento mor distribuir para seus índios a quantia de dois mil e quinhentos réis.

Sobre Camarão o rei ainda afirma ser necessário dar menção aos seus pedidos, visto a importância que esse exercia entre os nativos. Para tanto, cita-se o pedido feito pelo silvícola a Martim Soares Moreno sobre a missão do índio capitão Pantaleão Mariz no Maranhão com o intuito de adestrar os índios dali. Camarão solicitava um soldo mil e quinhentos réis a Pantaleão.

Contudo, é na doação de cargos e monopólios que se darão os principais atos da Coroa em favor de uma elite em ascensão. João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno ganharam com títulos de governadores no Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Angola. Tais ganhos estendeu-se por gerações, permitindo também a hegemonia econômica e política de famílias nas extensões da colônia americana.

Há um longo caminho a percorrer nos estudos de negociações entre a Coroa e seus súditos. Regiões importantes, mas com pouca atração na academia, possuem materiais a serem investigados, como o Maranhão. Outros estudos, podem apontar para as transmissões de poder entre as gerações de um patriarca com ganhos nobres, enquanto que as consequências da transição do eixo Pernambuco para Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo carecem de trabalhos. Por fim, as próprias tramas de poder entre as diversas partes do Império Português precisam de mais investigações, ainda que esse caminho já se encontra em franca ascensão.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. Remuneração de serviços da guerra holandesa. Universidade Federal de Pernambuco. Instituto de Ciências do Homem. Imprensa Universitária, Recife, 1968.

BOXER, Charles Ralph. Os holandeses no Brasil (1624-1654). Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. SP: Nacional, 1973.

BOXER, Charles R. O império marítimo português, 1415-1825. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2001.

CARTAS DO 1º CONDE DA TORRE. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; CHDD/MRE. 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2001.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 41ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2000

HESPANHA, Antonio Manuel. As vésperas do Leviathan – Instituições e poder político em Portugal – Século XVII. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil [4a ed.]. Brasília: Ed. da UNB, 1963.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral. Nassau: governador do Brasil holandês. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1640-1654. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Edusp, 1975.

_____. O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1649. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998

_____. Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana. RJ: Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio G. de. Tempo dos flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 3. ed. Recife: Massagana, 1987

Novais, Fernando A. 1981. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808. São Paulo: Editora Hucitec.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho. História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654. SP: Cultura, 1943.

WÄTJEN, H. O domínio colonial holandês no Brasil. SP: Companhia Editora Nacional, 1938